

IX ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direito e sustentabilidade I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Maria Claudia da Silva Antunes De Souza; Heron José de Santana Gordilho; Fabrício Veiga Costa – Florianópolis: CONPEDI, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-608-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, Processo e Justiça Social: o papel da jurisdição constitucional na efetivação de direitos

2. Direito. 3. Sustentabilidade. IX Encontro Virtual do CONPEDI (2: 2026: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

IX ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO E SUSTENTABILIDADE I

Apresentação

APRESENTAÇÃO

A presente coletânea reúne os trabalhos aprovados e apresentados no Grupo de Trabalho “Direito e Sustentabilidade I (GT23)”, no âmbito do IX Encontro Virtual do CONPEDI, evidenciando a pluralidade de abordagens teóricas e empíricas e a complexidade dos desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à governança ambiental e à justiça climática.

Os artigos aqui reunidos dialogam a partir de perspectivas interdisciplinares, oferecendo contribuições relevantes para o aprimoramento das políticas públicas e dos instrumentos jurídicos voltados à proteção ambiental, à transição ecológica e à promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil e no cenário internacional.

O artigo “Democracia deliberativa, sustentabilidade e governança climática brasileira: participação social como condição de legitimidade”, de Gisely Lima Costa (Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/UNIRIO), analisa a participação social como elemento essencial à legitimidade democrática das políticas climáticas, à luz da teoria discursiva de Jürgen Habermas.

Na mesma linha temática, o trabalho de Ludimar Santos Silva aborda a ausência de indicadores como obstáculo à efetividade das políticas de desenvolvimento sustentável, evidenciando entraves estruturais à mensuração e à implementação dessas políticas públicas.

O artigo “O paradoxo da patente verde: propriedade intelectual, tecnologias climáticas e dependência epistêmica do Sul Global”, de Líssia Queiroz de Menezes (Bournemouth University) e Webster Campos Tavares (ITE/CEUB), problematiza as relações entre inovação tecnológica, propriedade intelectual e desigualdade no acesso a tecnologias ambientais.

No âmbito das políticas climáticas, o trabalho de Camila Rodrigues de Souza Brito e Mariana Barbosa Cirne (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP) analisa a evolução das políticas públicas ambientais no Estado de Goiás, investigando a tensão entre institucionalização normativa e efetividade prática.

A temática da justiça climática é explorada no artigo “Justiça Climática e Direitos Humanos: vulnerabilidades e resiliência frente à emergência ambiental”, de Anna Paula Bagetti Zeifert (PPGD/UNIJUÍ/RS), que examina os impactos das mudanças climáticas sobre populações vulneráveis.

No campo das relações entre desenvolvimento e meio ambiente, o artigo “Direito, desenvolvimento e meio ambiente: os desafios institucionais do Brasil contemporâneo”, de Jhon Wesley Leite Uchoa (Universidade de Caxias do Sul – UCS), analisa o papel das instituições jurídicas na promoção do desenvolvimento sustentável.

O trabalho “Sustentabilidade como fator reputacional no sistema financeiro”, de Eloisa Nardi e Fabiano Scuzziato (PPGD/UNIVEL), evidencia o crescente papel das práticas sustentáveis como critério de credibilidade no mercado financeiro.

A coletânea também contempla reflexões sobre desastres ambientais, como no artigo “Informar para salvar: o direito à informação como pilar do Direito dos Desastres”, de Laura Melo Cabral (PPGD/UFSM), que destaca o dever de transparência estatal como instrumento

(UEMG) e coautoras, bem como as análises jurídico-comparadas desenvolvidas por Isadora Raddatz Tonetto, Sophia Dornelles Nöthen e Jerônimo Siqueira Tybusch (PPGD/UFSM).

O artigo “Da flexibilização ambiental à insegurança jurídica: a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental no Brasil”, de Sophia Dornelles Nöthen, Isadora Raddatz Tonetto e Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM), analisa criticamente as recentes alterações normativas à luz dos princípios constitucionais ambientais

A dimensão socioambiental é ampliada no trabalho “Implicações da colonialidade na preservação de manguezais”, de Tanise Zago Thomasi (PPGD/UFS), Carla Vila Nova de Oliveira e Everson Angelo Alves Silva (PRODIR/UFS), que evidencia a centralidade dos saberes tradicionais na proteção ambiental.

Por fim, o estudo de Jorge Antonio Dantas Silva (PPGD/UNIRIO) propõe avanços regulatórios para a simplificação e efetividade do Programa das Nascentes, destacando a relevância da eficiência administrativa na implementação de políticas ambientais.

Dessa forma, a coletânea reflete a diversidade temática e metodológica característica do GT23, consolidando-se como importante espaço de reflexão crítica e produção acadêmica comprometida com a construção de respostas jurídicas inovadoras para os desafios da sustentabilidade no século XXI.

Professor Doutor Heron José de Santana Gordilho

Universidade Federal da Bahia

Professora Doutora Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza

Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI/SC

A SUSTENTABILIDADE E O MOVIMENTO CONVIVIALISTA PARA A MINIMIZAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA SOCIEDADE CONSUMOCENTRISTA

SUSTAINABILITY AND THE CONVIVIALIST MOVEMENT FOR MINIMIZING SOCIO-ENVIRONMENTAL PROBLEMS IN THE CONSUMOCENTRIST SOCIETY

Cleide Calgaro ¹

Maurício da Cunha Savino Filó ²

Jhon Wesley Leite Uchoa ³

Resumo

No presente artigo se estuda os temas convivialismo e sustentabilidade como instrumentos para a minimização dos problemas socioambientais existentes na sociedade contemporânea capitalista consumocentrista. O objetivo geral do artigo é analisar a sustentabilidade e seus pilares – econômico, social e ambiental – na sociedade consumocentrista para minimizar os problemas socioambientais que existem. O problema de pesquisa encontra-se na pergunta: o movimento convivialista, surgido na França, pode ser uma alternativa para a sustentabilidade e socioeconômica? O trabalho se dividiu em dois capítulos. O primeiro estuda a sustentabilidade e os problemas socioambientais na sociedade consumocentrista. O segundo examina o movimento convivialista e seus principais pressupostos para a efetivação da sustentabilidade socioambiental. Utilizou-se o método analítico, o procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica. Em linhas gerais, conclui-se que o convivialismo é uma alternativa para a visão consumocentrista capitalista e para que se possa atingir o conceito de sustentabilidade. Para isso é necessária uma mudança de paradigmas para que se valorize o ser humano e a natureza a fim de se efetivas a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Portanto, o movimento convivialista pode ser uma resposta crítica e propositiva à crise da sociedade consumocentrista e ao sistema capitalista, sendo uma alternativa para se atingir a sustentabilidade.

Palavras-chave: Movimento convivialista, Problemas socioambientais, Sociedade consumocentrista, Sustentabilidade

society. The overall objective of the article is to analyze sustainability and its pillars—economic, social, and environmental—in consumer-centered society in order to minimize existing socio-environmental problems. The research problem is framed by the question: Can the convivialist movement, which emerged in France, be an alternative for socio-economic sustainability? The study is divided into two chapters. The first examines sustainability and socio-environmental problems in a consumption-centered society. The second examines the convivialist movement and its main premises for achieving socio-environmental sustainability. The analytical method, the monographic procedure, and the bibliographic research technique were used. In general terms, it is concluded that convivialism is an alternative to the consumerist capitalist vision and a means to achieve the concept of sustainability. To this end, a paradigm shift is necessary to value human beings and nature in order to achieve sustainability in all its dimensions. Therefore, the convivialist movement can be a critical and proactive response to the crisis of consumer-centered society and the capitalist system, serving as an alternative for achieving Sustainability.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Convivialist movement, Socio-environmental problems, Consumer-centric society, Sustainability

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral do artigo é analisar a sustentabilidade e seus pilares – econômico, social e ambiental – na sociedade consumocentrista para minimizar os problemas socioambientais que existem. Parte-se da hipótese de que o modelo capitalista atual é predatório e não concretiza a sustentabilidade e seus pilares, gerando e maximizando os problemas socioambientais na sociedade consumocentrista.

O problema de pesquisa encontra-se na pergunta: o movimento *convivialista*, surgido na França, pode ser uma alternativa para a sustentabilidade e socioeconômica?

O trabalho se dividirá em dois capítulos. No primeiro estudar-se-á a sustentabilidade e os problemas socioambientais na sociedade consumocentrista. No segundo capítulo, examinar-se-á, de forma breve, o movimento *convivialista* e seus principais pressupostos para a efetivação da sustentabilidade socioambiental. Para a concretização dos objetivos, utilizar-se-ão o método analítico, o qual permite um estudo das referências acerca da temática que se propõem, o procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica.

2 SUSTENTABILIDADE E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA SOCIEDADE CONSUMOCENTRISTA

A sociedade acaba vivendo uma crise advinda, em grande parte, da forma que se administra as relações de progresso e capital, sendo esse sistema capitalista, quando predatório, somente beneficia alguns em detrimento de muitos, com impactos no meio ambiente. Nesse sentido, a própria ideia de paradigma jurídico é apresentada como fruto de uma suposta *evolução*, ao invés de ser encarada como fruto de *escolhas* (Filó, 2026, p. 19).

O ser humano, na atualidade, está ante uma série de problemas, dos quais destacam-se nesse artigo, os sociais e os ambientais. Para Carvalho esse tipo de visão não permite que o ser humano enxergue seu lugar no planeta e, às vezes, nem na sociedade. Carvalho demonstra ainda que “a ideia de domínio total impõe, numa categoria de dever moral, a subjugação do não-humano. Dominar, impor, transformar, criar novas realidades materiais parece ser uma determinação inelutável ligada ao destino de ‘ser humano’” (Carvalho, 2003, p. 16).

Observa-se que a chamada “ideia antropocêntrica” não eleva o ser humano e acaba por resultar na exploração da natureza e de seus ciclos vitais. Porém, além de não beneficiar a humanidade, mas alguns poucos, abala os pilares da sustentabilidade para minimizar os problemas socioambientais, ensejando que pessoas sejam exploradas e vivam em condições de pobreza e de desigualdade social.

Nesse sentido, os argumentos do sistema capitalista são antropocêntricos, quando se aprofunda na concepção do ser humano e de suas possibilidades. Conforme a Logosofia, ciência latino-americana, deve-se realizar uma diferenciação entre o que é o ser e o que são seus pensamentos. Para a Logosofia, o conceito sobre os pensamentos é essencial para a vida do ser humano, que pode diferenciar aquilo que se realmente pensa e se decidiu daquilo que é apresentado por outras mentes (Gonzalez Pecotche, 2013).

Desta forma, a humanidade que se rende ao sistema capitalista, adota uma visão consumocentrista, onde o consumo é o centro da sociedade, não refletindo de forma plena sobre os problemas socioambientais. Também a implementação dos pilares da sustentabilidade se dá por prejudicados, pois, até se criam estratégias de um desenvolvimento com sustentabilidade, mas estas se rendem ao poder econômico e, muitas vezes, não se perpetuam.

Lévy (2001, p. 49-50) se questiona sobre o ser humano, refletindo o por que este acabou se tornando o regente do mundo, isso porque “a vida só quer uma coisa, reproduzir-se, e porque o homem é o único vetor possível da vida que pode permitir-lhe propagar-se em outros planetas?”. Essa justificativa parece querer evitar que o ser humano pense no papel que se exerce na sociedade e na natureza, a fim de cogitar se realmente é esse caminho que se almeja.

Leff (2001, p. 15) afirma que “a visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida”, fator que autenticou o falso conceito de “progresso da civilização moderna”. O autor defende que “a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental”. Assim sendo, é necessário se buscar um equilíbrio entre crescimento econômico e conservação da natureza, isso porque

a possibilidade de mobilizar o potencial ecotecnológico, a criatividade cultural e a participação social para construir formas diversas de um desenvolvimento sustentável, igualitário, descentralizado e autogestionário, capaz de satisfazer as necessidades básicas das populações, respeitando sua diversidade cultural e melhorando sua qualidade de vida. (Leff, 2001, p. 87)

Como se observa, o ser humano acaba endeusando o progresso que, por sua vez, coisifica a alma, através do consumo, o qual dociliza e adestra as suas percepções, não permitindo que se possa ver além do progresso e do crescimento econômico.

Bauman (2001, p. 152) entende que o progresso “não representa qualquer qualidade da história, mas a autoconfiança do presente”. Assim sendo, “o sentido mais profundo, talvez único, do progresso é feito de duas crenças interrelacionadas – de que ‘o tempo está do nosso lado’, e de que ‘somos nós que fazemos acontecer’”. Portanto, “as duas crenças vivem juntas e morrem juntas – e continuarão a viver enquanto o poder de fazer com que as coisas aconteçam encontrar sua corroboração diária nos feitos das pessoas que as professam”.

Na ótica de Klabin, em entrevista a Aragão (2010, p. 1), existe uma diferença entre o desenvolvimento e a sustentabilidade: “o desenvolvimento econômico, que visa melhorar as condições de vida humana, implica impacto sobre a natureza. Já a sustentabilidade se assenta em uma visão de equilíbrio e de conservação do meio ambiente”. Dessa forma, há “um conflito entre o equilíbrio ambiental e a ação do homem sobre o meio ambiente. O próprio conceito de sustentabilidade nos leva a uma reflexão mais profunda”. Com base nisso,

a ideia de desenvolvimento autossustentado deve ser estabelecida de acordo com os limites dos recursos naturais. Para ser efetivamente alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de efetivo planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos (Klabin apud Aragão, 2010, p. 1).

Por isso é essencial que se implemente a sustentabilidade. Observar-se que as Nações Unidas constituíram os pilares para a sustentabilidade, através do desenvolvimento sustentável, quais sejam, econômico, social e ambiental. Esses pilares devem caminhar juntos no intuito de que os seres humanos, a natureza e o desenvolvimento econômico sejam em prol de todos.

Quando se discorre acerca do pilar econômico, além de se produzir sem poluir, as empresas devem buscar tecnologias que permitam uma produção a mais limpa possível, além de, se preocupar com uma mão de obra justa e que não seja explorada por alguns na sociedade. A pergunta que se faz é: Será que todas as empresas realmente querem investir seu capital em nome da natureza e dos seres humanos? Será que o progresso e o capital não serão fatores que imperam na sociedade consumocentrista?

Na visão de Scruton (2016, p. 165-166), os mercados fracassam na questão moral: os “consumidores estariam dispostos a pagar a fim de proteger os bens ambientais, ou estariam dispostos a aceitar regulamentações. Esta é a origem da ‘economia ambiental’”.

No pilar social, entende-se que as atividades econômicas permitam que todas as pessoas tenham acesso aos produtos, não sendo o mesmo um privilégio de alguns na sociedade. Mas a pergunta que se faz: Todos terão acesso aos produtos, de forma indistinta, na sociedade de hoje? Como se pode permitir a inclusão de todos para que se tenha uma sociedade livre, justa e solidária?

E, no pilar ambiental deve-se respeito a natureza e aos seus ciclos vitais, sendo que a gestão de resíduos e o uso de tecnologias limpas gerariam menos impacto na sociedade, mas o questionamento que se coloca seria: Os países desenvolvidos enviam aos países em desenvolvimento a conta e o prejuízo da degradação ambiental? Como não degradar se os recursos naturais são fonte de renda e riqueza na sociedade consumocentrista?

Na visão de Leff (2002, p. 92), a natureza acaba sendo um objeto da racionalidade econômica, no qual “não só aparece como objeto das ciências naturais; para conhecer a dinâmica de transformação dos sistemas ecológicos é preciso considerar a superdeterminação que sobre eles exercem as práticas produtivas geradas pela racionalidade econômica”. Ainda, observar que “os processos ecológicos e os fenômenos naturais emergem como formas produtivas, o que implica a necessidade de articular suas condições de produtividade e regeneração – e todo um conjunto de legalidades dos processos naturais”, isso porque se liga “ao desenvolvimento das forças produtivas, bem como sua integração nos instrumentos de planejamento ambiental e do desenvolvimento sustentável”.

Assim, as questões acima nos permitem refletir se, na atualidade busca-se realmente implementar os pilares da sustentabilidade ou se está atrelado a um modo capitalista e consumocentrista que degrada o meio ambiente e que permite a pobreza e a desigualdade social no mundo.

A sociedade consumocentrista pode ser entendida como o consumo como o centro da mesma, onde o aparentar ter e ser impera no seio da mesma. Na visão de Pereira, Calgaro e Pereira (2016, p. 267) “o consumo se coloca no centro de todas as decisões que envolvem o indivíduo, pois o mesmo perde sua identidade como ser que participa das decisões sociais para se transformar (apenas) em consumidor

heteronomamente guiado”. Os autores denotam que: “entende-se que se ultrapassou a denominada sociedade hiperconsumista, dando azo a uma sociedade consumocentrista. Nesse viés, o consumo passa a ser o elemento principal das atividades humanas, deslocando o ser para o ter e, posteriormente, para o aparentar”; assim sendo, “o consumo se torna o centro da sociedade contemporânea, onde o consumidor vai buscar todas as possibilidades de sua nova razão de viver. Consumir é existir” (Pereira; Calgaro; Pereira, 2016, p. 267).

Desta forma, para se atingir a sustentabilidade na sociedade consumocentrista e minimizar os problemas socioambientais há a necessidade uma educação e análise de nosso lugar no planeta.

A sustentabilidade deve ser vista como uma ligação sistêmica, com a finalidade de procurar a preservação da natureza e seus ciclos vitais, mas, não somente isso, também buscar o equilíbrio social, reduzindo as desigualdades, a pobreza e outras dificuldades motivados pela ação humana. Também deve-se ater a questão econômica, com o objetivo de reduzir a poluição e as mudanças climáticas, por exemplo. É necessária uma mudança de racionalidade, ressignificação do consumo e uma conscientização de nosso papel na sociedade e no planeta, como já exposto.

Para Nalini (2001, p. 138-139), a sustentabilidade “importa em transformação social, sendo conceito integrador e unificante”, sendo que deve haver “a celebração da unidade homem/natureza, na origem e no destino comum e significa um novo paradigma. Não há necessidade de se renunciar ao progresso para a preservação do patrimônio ambiental”. E, vai adiante demonstrando que “serviu-se a humanidade da natureza como se fosse um supermercado gratuito. Tudo estava a serviço e à disposição do *senhor da Terra*”, também, destaca que “essa irresponsabilidade está prestes a chegar ao fim. Depois de verificar a *finitude* dos bens naturais, o comprometimento e a deterioração daquilo que restou, o ser pensante precisa se reciclar”.

É importante compreender que a sustentabilidade não é um conceito acabado, mas, sim, em constante construção. Na visão de Veiga (2010, p. 165), a sustentabilidade “não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse”. Portanto, “tanto quanto a ideia de democracia – entre muitas outras ideias tão fundamentais para a evolução da humanidade –, ela sempre será contraditória, pois nunca poderá ser encontrada em estado puro”.

Por isso, a sustentabilidade vai além de não se degradar o meio ambiente, mas incorpora em seu bojo, questões de qualidade de vida, de progresso, de consumo, de tecnologias, de corporativismo, de gestão de resíduos, de diminuição da pobreza e desigualdade social, de uso racional do solo e dos recursos naturais finitos, de responsabilidade social e empresarial, entre outros fatores.

Há necessidade de se equacionar o progresso e o capital com a sustentabilidade, a fim da mesma ser um direito de todos e que seus pilares sejam realmente efetivados na sociedade consumocentrista atual. Também a necessidade de que todos os seres da natureza sejam respeitados e preservados. Para isso há necessidade de uma mudança de racionalidade e de pensamento.

3 ASPECTOS ESSENCIAIS DO MOVIMENTO CONVIVIALISTA

É importante que busque alternativas para os problemas socioambientais que ocorrem na sociedade consumocentrista e, com isso, se busque alternativas para implementar os pilares da sustentabilidade. Com esses pilares, que vão desde aspectos sociais e ambientais e perpassam os aspectos econômicos, se pode buscar o conhecimento necessário para que a sociedade consumocentrista e o sistema capitalista predatório tomem outra face.

Deste modo se apresenta o movimento convivialista, que visa um progresso ordenado e que respeite os ciclos vitais da natureza, não pautado no consumo exagerado e no lucro, além de respeitar os seres humanos em seus direitos e garantias fundamentais e dignidade humana. Na visão de Wilson (2002, p. 97) esclarece uma visão do provável mundo de 2100 e denota que caso as tendências contemporâneas permaneçam com a herança mais memorável do século XXI que será a era da Solidão que espera a humanidade. Segundo o autor, o testamento deixado a este mundo poderia ser escrito mais ou menos assim:

Nós vos deixamos as selvas do Havaí e algumas árvores raquíticas onde outrora existiu a prodigiosa floresta Amazônica, juntamente com pequenas ilhas de vegetação nativa que não chegamos a destruir totalmente. Vosso desafio será criar novas formas de plantas e animais por engenharia genética e de alguma forma integrá-las em ecossistemas artificiais auto-sustentáveis. Compreendemos que talvez isto se revele impossível. Estamos certos de que, para alguns de vós, a simples idéia de fazer algo semelhante causará repugnância. Desejamos-lhes boa sorte. Se conseguirdes sucesso, lamentamos que vossa obra jamais possa ser tão satisfatória quanto à criação original.

Aceitai nossas desculpas e esta biblioteca audiovisual que mostra quão maravilhoso costumava ser o nosso mundo.

Os escritos do autor são datados de 2002 e, ainda, vive-se numa era de solidão, individualismo e destruição ambiental e social. Por isso o movimento convivialista faz uma nova proposta para esse tipo de sociedade que se vive e que se criou. Esse movimento apareceu com a relação do colóquio de julho de 2011, o qual foi planejado por Ivan Illich e aberto por Allain Caillé, Patrick Viveret e Serge Latouche, acompanhado da publicação da obra *Manifeste Convivialiste: Déclaration d'interdépendance*, divulgada em 19 de junho de 2013, sendo que essa publicação agrupou 64 pesquisadores franceses que alvitram os ideais, os quais se agrupam em, pelo menos, seis argumentos fundamentais (Caillé; Chanial, 2014, p. 5-6, tradução nossa)¹.

O primeiro argumento busca demonstrar o sentimento de urgência que foi criado entre os signatários, porque compreenderam que é necessário que se impeça uma linha de calamidades/desastres, tais como: os climáticos, ambientais, econômicos, sociais, militar, moral, culturais². Isso porque, a sociedade como está precisa repensar nos seus ideários. Esse repensar é essencial se queremos construir uma sociedade diferente e que realmente busque ideais de solidariedade, cooperação, liberdade, igualdade, justiça e de sustentabilidade.

Já o segundo argumento demonstra que esses desastres decorrem de uma imposição hegemônica ideológica e material perpetrada em todo o mundo, em favor de um capitalismo que é rentável e especulativo e que atua de forma adversa à humanidade e ao planeta, assim se está no auge de uma crise motivada pelo excesso e pela corrupção

¹ “En juin 2013, paraissait (au Bord de l’eau) un petit livre intitulé Manifeste convivialiste. Déclaration d’interdépendance. Signé par soixante-quatre intellectuels français ou étrangers (rejoins par une cinquantaine d’autres depuis), il a déjà été traduit, au moins sous sa forme abrégée, dans une dizaine de langues. Son premier mérite est d’exister. Sa parution montre qu’avec de la volonté il est possible de surmonter les clivages, trop nombreux et qui nous condamnent à l’impuissance, qui séparent encore tous ceux qui, partout à travers le monde, s’opposent pratiquement ou intellectuellement au règne du néolibéralisme et du capitalisme rentier et spéculatif en dessinant les contours d’un monde postnéolibéral”.

² “1. Tout d’abord, et c’est sans doute ce qui a été le plus déterminant, un très fort sentiment d’urgence. La certitude qu’il ne nous reste guère de temps pour tenter d’éviter, à la mesure de nos moyens et ne fût-ce qu’à une chance pour cent ou mille, toute une série de désastres: climatiques, environnementaux, économiques, sociaux, guerriers, moraux ou culturels, etc. Face à ces périls, il faut à tout prix surmonter les querelles de chapelle ou d’ego, les multiples narcissismes de la petite ou moyenne différence, individuelle ou organisationnelle”.

que aflige e agoniza a sociedade³. Esse capitalismo rentável atrelado ao consumocentrismo acaba docilizando e dessubjetificando as pessoas, por isso as mesmas, muitas vezes, não se preocupam com os problemas socioambientais que permeiam o seio social.

O terceiro argumento analisa a impotência dos atingidos pelas consequências do sistema capitalista, entendem que essas vozes, que chegam de todos os locais, elevam-se não apenas contra a pobreza, mas contra a corrupção das elites e dos governantes, procurando iniciativas para a defesa dos direitos humanos, das mulheres, dos trabalhadores, dos desempregados, de uma economia social e solidária por intermédio de cooperativas, de um comércio justo, surgimento de moedas paralelas e complementares, sistemas de intercâmbio local. Aparecem movimentos como o *slow food*, *slow town* e *slow science*, o *buen vivir* e a preocupação com os direitos da natureza, no caso a Pachamama. Também, se possui movimentos antiglobalização, de democracia radical, de ecologia política, movimentos que apontam a indicadores de riqueza alternativa e sobriedade pessoal, que procurem arquétipos de agroecologia e um novo pensamento dos comuns, sendo esses movimentos uma oposição ao neoliberalismo emergente na sociedade atual (Caillé; Chanial, 2014, p. 6-7, tradução nossa)⁴. A desigualdade e a degradação são pontos que precisam de reflexão,

³ “La conviction qu’une partie de ces périls résulte de l’hégémonie à la fois idéologique et matérielle exercée dans le monde entier par un capitalisme rentier et spéculatif qui est devenu l’ennemi principal de l’humanité et de la planète, parce qu’il opère et représente une cristallisation paroxystique de la démesure (hubris) et de la corruption”.

⁴ “Celle, encore, que la première raison de la toute-puissance de ce capitalisme rentier et spéculatif est l’impuissance de tous ceux qui en souffrent, et qui aspirent à un autre mode de vie, à bien percevoir ce qu’ils ont en commun, à le nommer et à commencer à donner une figure et une forme plausibles à leurs espérances. On voit bien que, partout à travers le monde, les peuples se dressent, non seulement contre la misère mais, d’abord et plus profondément, contre la corruption des élites et des dominants. De la Puerta del Sol à Maïdan, en passant par les places Tahrir ou Gezi, d’Alep à Bangkok ou à Caracas, etc., c’est un irrésistible sentiment d’indignation qui les pousse dans la rue, parfois avec un courage inouï. La révolte, dira-t-on, ne suffit pas à faire coopératives de production ou de consommation, le mutualisme, le commerce équitable, les monnaies parallèles ou complémentaires, les systèmes d’échange local, les multiples associations d’entraide; l’économie de la contribution numérique (cf. Linux, Wikipedia, etc.); la décroissance et le postdéveloppement; les mouvements *slow food*, *slow town*, *slow science*; la revendication du *buen vivir*, l’affirmation des droits de la nature et l’éloge de la Pachamama; l’altermondialisme, l’écologie politique et la démocratie radicale, les Indignados, Occupy Wall Street; la recherche d’indicateurs de richesse alternatifs, les mouvements de la transformation personnelle, de la sobriété volontaire, de l’abondance frugale, de l’agrobiologie, du dialogue des civilisations, les théories du care, les nouvelles pensées des comuns, etc.» Imagine-t-on la force que représenteraient tous ces courants si, d’une manière ou d’une autre, ils parvenaient à s’opposer ensemble au néolibéralisme financier? Qu’est-ce qui y résisterait? une politique, et faute d’une représentation partagée d’alternatives praticables, on retombe vite dans les mêmes ornières. Les généraux succèdent aux généraux et les mesures d’économie aux mesures d’économie. Et c’est vrai. Pourtant, les idées ou les initiatives qui dessinent les contours d’un autre monde sont légion: « La défense des droits de l’homme et de la femme,

principalement se houver a busca de uma nova racionalidade que aprecie o local, a cooperação e outros valores que são apresentados pelo movimento convivialista nesse contexto exposto.

Na quarta convicção apresentada é verificado a impossibilidade de se continuar com esses modelos antidemocráticos, isso porque as diversas nações se conservam afastadas dessa realidade, sem que exista perspectivas de crescimento no antigo modelo experienciado, isso acontece porque o planeta não poderá aguentar esse modelo de crescimento que tem como aporte principal os moldes do modo de vida ocidental ou mesmo dos Estados Unidos, por isso, é essencial um mundo baseado nos arquétipos do pós-crescimento (Caillé; Chaniel, 2014, p. 7, tradução nossa)⁵. Realmente continuar com esse molde de produção, onde se busca o crescimento por crescimento em nome do progresso, se está fadado a uma luta sem vencedores. Por isso alternativas apresentadas como o decrescimento seriam uma viabilidade.

A quinta convicção apresentada denota a urgência de ideologias políticas acontecidas e que não se mostram suficientes para a superação do modelo neoliberal que é imposto, pois essas ideologias partiram do conceito de que as emancipações aconteceriam no âmbito dos estados-nação, e, também, porque todas elas

du citoyen, du travailleur, du chômeur ou des enfants; l'économie sociale et solidaire avec toutes ses composantes: les coopératives de production ou de consommation, le mutualisme, le commerce équitable, les monnaies parallèles ou complémentaires, les systèmes d'échange local, les multiples associations d'entraide; l'économie de la contribution numérique (cf. Linux, Wikipedia, etc.) ; la décroissance et le postdéveloppement ; les mouvements slow food, slow town, slow science; la revendication du buen vivir, l'affirmation des droits de la nature et l'éloge de la Pachamama; l'altermondialisme, l'écologie politique et la démocratie radicale, les Indignados, Occupy Wall Street ; la recherche d'indicateurs de richesse alternatifs, les mouvements de la transformation personnelle, de la sobriété volontaire, de l'abondance frugale, de l'agrobiologie, du dialogue des civilisations, les théories du care, les nouvelles pensées des communs, etc.» Imagine-t-on la force que représenteraient tous ces courants si, d'une manière ou d'une autre, ils parvenaient à s'opposer ensemble au néolibéralisme financier? Qu'est-ce qui y résisterait?"

⁵ "La certitude que nous ne pourrions plus faire reposer l'adhésion aux valeurs démocratiques – et, a fortiori, les universaliser en les faisant partager par des pays ou des cultures qui y étaient ou y sont encore rétifs ou éloignés – sur la perspective d'une croissance indéfinie et significative du PIB et du pouvoir d'achat monétaire. La croissance forte du PIB ne reviendra pas dans les pays riches, pour des raisons structurelles, et il est donc vain d'en attendre, comme le font encore tous les gouvernements occidentaux, les remèdes à tous nos maux. Et d'autant plus vain, et dangereux, que si par miracle ce remède se trouvait à nouveau à disposition, il engendrerait d'autres catastrophes, écologiques celles-là. En tout état de cause, la planète ne pourra pas survivre à une généralisation du mode de vie occidental, de l'American way of life. Ce n'est pas demain mais dès aujourd'hui qu'on commence, certains jours, à ne plus respirer à Pékin ou à Séoul. Et même à Paris, tout récemment. Quoi qu'on pense des bienfaits ou des méfaits intrinsèques de l'argent, de la richesse monétaire et du PIB, il est clair que le monde postnéolibéral qu'il nous faut inventer sera un monde postcroissantiste".

compartilhavam do entendimento de que o problema basilar da humanidade está na ausência de recursos materiais (Caillé; Chanial, 2014, p. 8, tradução nossa)⁶.

E, por fim, o sexto argumento, Caillé e Chanial (2014, p. 9, tradução nossa)⁷ defendem que “a única esperança de escapar de maneira civilizada a todas as ameaças que nos assaltam é aprofundar e radicalizar o ideal democrático”, dessa forma, haveria uma certa dificuldade, isso porque seria necessário que se acabasse com o enriquecimento ilimitado e o desejo de onipotência, pois somente assim se poderia reestabelecer um equilíbrio entre os novos direitos a serem conquistados.

Assim, para os autores (Caillé; Chanial, 2014, p. 9, tradução nossa)⁸, “pode-se imaginar que a transição para uma democracia pós-crescimento será ainda mais difícil de se realizar. Mas, talvez, o contrário seja verdadeiro. O ideal central da democracia *convivialista* é a luta contra as desigualdades e a luta contra a corrupção”.

Como conclusões desse movimento pode-se dizer que seria “uma arte de viver juntos (conviver) que valoriza o relacionamento e a cooperação e permite a oposição sem o massacre, cuidando dos outros e da natureza” (Caillé; Chanial, 2014, p. 10, tradução nossa)⁹. Contudo, há cinco questões centrais e quatro princípios básicos que são a base do movimento *convivialista*. As questões¹⁰ são moral, política, ecológica,

⁶ “La certitude, également, que ce qui nous fait le plus cruellement défaut pour commencer à construire pour de bon ce monde postcroissantiste, ce ne sont pas tant les propositions et les esquisses de solutions techniques, économiques, écologiques, etc., qu’une idéologie, ou une philosophie politique, comme on voudra, suffisamment générale, partageable et partagée pour permettre de penser la juste place de ces diverses propositions vues dans leur cohérence. Les idéologies politiques dont nous sommes les héritiers: libéralisme, socialisme, communisme, anarchisme, que nous combinons tous, chacun à notre façon, dans des proportions variables (parfois avec des restes de traditions religieuses), ne nous permettent plus de penser à la fois notre passé, la situation présente, les avenir possibles et le futur désirable, comme c’est le rôle des idéologies politiques de le faire. Et c’est là une autre raison fondamentale de notre impuissance à penser les voies d’un dépassement effectif du néolibéralisme. Cet essoufflement théorique et idéologique”.

⁷ “La certitude, enfin, que le seul espoir d’échapper de manière civilisée à toutes les menaces qui nous assaillent est d’approfondir et de radicaliser l’idéal démocratique”.

⁸ “On peut imaginer que la transition vers une démocratie postcroissantiste sera encore plus difficile à réaliser. Mais peut-être est-ce le contraire qui est vrai. L’idéal central de la démocratie *convivialiste* est la lutte contre les inégalités insupportables et contre la corruption”.

⁹ “Le *convivialisme* comme la pensée ou la recherche ‘d’un art’ de vivre ensemble (con-vivere) qui valorise la relation et la coopération, et permette de s’opposer sans se massacrer, en prenant soin des autres et de la Nature”.

¹⁰ “La question morale: qu’est-il permis aux individus d’espérer et que doivent-ils s’interdire? La question politique : quelles sont les communautés politiques légitimes? La question écologique : que nous est-il permis de prendre à la nature et que devons-nous lui rendre? La question économique : quelle quantité de richesse matérielle nous est-il permis de produire, et comment, pour rester en accord avec les réponses données aux questions morale, politique et écologique? Libre à chacun d’ajouter à ces quatre questions, ou pas, celle du rapport à la surnature ou à l’invisible: la question religieuse ou spirituelle. Ou, dit autrement, la question du sens”.

econômica e religiosa ou espiritual. No que se refere a questão moral denota o que é aceitado aos indivíduos e do que devem se abnegar. Já, na questão política, é verificado quais seriam as comunidades políticas legítimas. Na questão ecológica, caberia a pergunta de o que se pode extrair da natureza e o que é preciso devolver a ela. Na questão econômica, é questionado que quantidade de riqueza material é possível se produzir, e como conservar-se consistente com as respostas dadas para as questões morais, políticas e ecológicas. E, por fim, na questão religiosa ou espiritual, estaria o assunto que se referiria ao significado (Caillé; Chanial, 2014, p. 10, tradução nossa).

Demonstram Caillé e Chanial (2014, p. 11, tradução nossa) que o Manifesto aponta que a única política legítima seria aquela inspirada por um princípio de humanidade comum, de comum socialidade, individualização e oposição controlada¹¹. Desta forma esses princípios¹² seriam definidos como imperiosos para a humanidade de forma comum, isso porque, independentemente das diversas diferenças relativas à raça, religião, idioma, gênero etc., a humanidade é uma só e deve ser respeitada em cada indivíduo; da socialidade comum, isso quer dizer, a maior riqueza dos seres humanos, como seres sociais que são, é a riqueza que existe em suas relações; da individualização decorrente dos dois primeiros princípios, a política legítima apenas será aquela que admitir a cada indivíduo desfrutar de sua individualidade e liberdade, para que exista o desenvolvimento de suas capacidades sem que haja prejuízo aos demais; finalizando, o princípio da oposição controlada, cada indivíduo deve ter a possibilidade de manifestar a sua singularidade e é natural que possa existir conflitos, assim as diferenças existem, mas devem ser respeitadas. Desta maneira, “nenhuma comunidade política pode ser considerada legítima se violar os princípios da humanidade comum e da socialidade

¹¹ “Le Manifeste précise que la seule politique légitime est celle qui s’inspire d’un principe de commune humanité, de commune socialité, d’individuation et d’opposition maîtrisée”.

¹² “Principe de commune humanité : par-delà les différences de couleur de peau, de nationalité, de langue, de culture, de religion ou de richesse, de sexe ou d’orientation sexuelle, il n’y a qu’une seule humanité, qui doit être respectée en la personne de chacun de ses membres. Principe de commune socialité: les êtres humains sont des êtres sociaux pour lesquels la plus grande richesse est la richesse de leurs rapports sociaux. Principe d’individuation: dans le respect de ces deux premiers principes, la politique légitime est celle qui permet à chacun d’affirmer au mieux son individualité singulière en devenir, en développant ses capacités, sa puissance d’être et d’agir sans nuire à celle des autres, dans la perspective d’une égale liberté. Principe d’opposition maîtrisée : parce que chacun a vocation à manifester son individualité singulière, il est naturel que les humains puissent s’opposer. Mais il ne leur est légitime de le faire qu’aussi longtemps que cela ne met pas en danger le cadre de commune socialité qui rend cette rivalité féconde et non destructrice. La politique bonne est donc elle qui permet aux êtres humains de se différencier en acceptant et en maîtrisant le conflit.” (Caillé; Chanial, 2014, p. 11).

comum”, também não poderá deixar “parcelas da população mais ou menos significativas afundarem na abjeção da miséria ou, pelo contrário, extrema riqueza”¹³.

Para Viveret (2014, p. 25-26, tradução nossa)¹⁴, essas tarefas foram constituídas com a finalidade de atingir as demandas de movimentos ambientalistas, sociais e em prol da cidadania, se admite que a existe uma dificuldade para que a humanidade possa conviver de forma pacífica, não exclusivamente entre humanos, como também, a dificuldade de coexistência com os demais seres e com a natureza. O autor atenta para os problemas que existem na atualidade, os quais precisam de respostas sistêmicas para a se encontre formas de resistência criativas, atitudes emancipatórias e uma visão que venha a ser transformadora, com base nisso se pode atingir as exigências que seguem: de coerência, para que se consiga lidar conjuntamente com os grandes desafios da humanidade, sendo que é necessário o estabelecimento de limites, isso porque a origem da insustentabilidade ecológica transcorre dos modelos econômicos que “a fortuna pessoal de 85 pessoas é igual à renda acumulada de metade da população da terra, isto é, 3,5 milhões de seres humanos”¹⁵; e a exigência de justiça, para que se consiga reduzir a pobreza e a desigualdade¹⁶.

¹³ “Aucune communauté politique ne peut être considérée comme légitime si elle viole les principes de commune humanité et de commune socialité en laissant des couches plus ou moins importantes de la population sombrer dans l’abjection de la misère ou, à l’opposé, de l’extrême richesse” (Caillé; Chanial, 2014, p. 11).

¹⁴ “[...] une exigence de cohérence pour traiter les grands défis de l’Humanité conjointement: il y a, paradoxalement, une opportunité dans la coïncidence de ce que l’on appelle paresseusement les ‘crises’, et qui relèvent en réalité, d’un côté, d’une grande transformation plus importante encore que celle qu’analyse Karl Polanyi dans son livre célèbre, de l’autre, d’une grande extorsion caractérisée par le transfert massif au cours des années, marquées par la mise en œuvre des politiques favorables au capitalisme financier, des revenus du travail vers les revenus du capital”.

¹⁵ “[...] une exigence de retour à la mesure car c’est la démesure, comme le souligne le Manifeste convivialiste qui est à l’origine aussi bien de l’insoutenable écologique de nos modèles économiques (effets destructeurs d’un productivisme forcené), du décalage abyssal au cœur de la crise financière entre économie spéculative et économie réelle que du creusement dramatique des inégalités sociales tant à l’échelle planétaire qu’au sein de chacune des sociétés (cf. la dernière statistique révélée par Oxfam: la fortune personnelle de quatre-vingt-cinq personnes est égale au revenu cumulé de la moitié du ‘peuple de la terre’, soit 3,5 milliards d’êtres humains). Ajoutons que c’est aussi la démesure, mais cette fois dans le rapport au pouvoir, qui a conduit, il y a vingt-cinq ans, à l’implosion de l’empire soviétique. Ce dernier point est à rappeler afin d’éviter de s’engager dans un mouvement pendulaire de type années 1930 où l’on réagit aux excès du ‘fondamentalisme marchand’ par les abus des formes dirigistes autoritaires, voire totalitaires”.

¹⁶ “[...] ne exigence de justice enfin, car on ne peut garantir à tout être humain de ne pas basculer dans la pauvreté, voire la misère, à l’occasion de ces grands dérèglements que si l’on cesse de vouloir garantir tous les avoirs d’une économie casino qui conduiraient alors tous les États, y compris les plus riches, à la faillite (les produits dérivés, par exemple, sont évalués à plus de 700 000 milliards de dollars, comme le rappelle souvent Michel Rocard citant les chiffres de la banque des règlements internationaux). La crainte de Paul Krugman, prix Nobel d’économie, évoquant le risque d’une crise de type sud-américain pour les États-Unis est loin d’être exclue”.

Já na percepção de Frémeaux (2014, p. 31, tradução nossa)¹⁷, esse movimento observa a urgência de se buscar outro modelo econômico, político e social, isso porque se levarmos em consideração isso a humanidade poderia voltar à barbárie¹⁸. A ideia é uma nova visão de progresso, a qual vai romper com o modelo de consumo descomedido e desregrado dos recursos não renováveis do planeta Terra, o que acaba por nos conduzir a cada dia mais ao encontro de efeitos climáticos que não serão reversíveis¹⁹. Portanto, o movimento convivialista defende a redução da desigualdade, a qual ocupa uma finalidade central.

Para reduzir essas desigualdades Frémeaux (2014, p. 32, tradução nossa)²⁰ demonstra que é necessário considerar que a liberdade e a igualdade, isso porque, as mesmas apenas são verdadeiras quando há igualdade de oportunidades, além do que deve haver a possibilidade de se viver com dignidade na sociedade e de participar de forma ativa das funções conferidas pela cidadania, com isso se consegue uma vida melhor para todas as pessoas. Assim “reduzir as desigualdades, em nossa opinião, é um método. Um método porque não mudaremos radicalmente o modelo econômico sem quebrar a dinâmica desigual que o caracteriza e que ele reproduz”.

Para Perret (2014, p. 36-38, tradução nossa), a humanidade precisa de uma inteligência sistêmica consciente das interdependências. O autor apresenta a agricultura orgânica e denota que “trata-se de se tornar mais conscientes de tudo o que nos liga aos outros e à natureza”²¹. Vai adiante defendendo que a humanidade encontra-se vivendo um momento de revolução antropológica, onde o ser humano se desloca da posição de

¹⁷ “Pour le convivialisme tel que je le comprends, changer de modèle, c’est à la fois un objectif et une méthode. Une double dimension indissociable et au sein de laquelle la question des inégalités occupe une place centrale”.

¹⁸ “Le Manifeste convivialiste part du constat qu’il est aujourd’hui plus qu’urgent, pour l’humanité, de s’engager sans tarder dans un autre modèle économique, politique et social, compte tenu des catastrophes que la poursuite du scénario ‘business as usual’ ne manquera pas de provoquer, des catastrophes qui nous feraient revenir à la barbarie”.

¹⁹ “De fait, la démocratie ne survivra pas aux crises qui s’annoncent si nous ne sommes pas capables, dès maintenant, de rompre avec les logiques actuelles. Mais les raisons qui conduisent à changer radicalement de modèle ne sont pas seulement défensives. Il est non seulement nécessaire mais aussi souhaitable de changer radicalement les finalités de l’activité économique. L’enjeu n’est pas de renoncer au bien-être mais, au contraire, de proposer une nouvelle vision du progrès, en rupture avec un modèle dont la résilience est nulle parce qu’il suppose une consommation effrénée de ressources non renouvelables et provoque une déstabilisation bientôt incontrôlable des équilibres climatiques”.

²⁰ “Réduire les inégalités, à nos yeux, c’est aussi une méthode. Une méthode car on ne changera pas radicalement de modèle économique sans casser la dynamique inégalitaire qui le caractérise et qu’il reproduit”.

²¹ “Mais l’écologie, c’est aussi davantage d’intelligence systémique, c’est-à-dire de compréhension des interdépendances. Je pourrais illustrer cette notion, par exemple, à partir du cas de l’agriculture biologique”.

fechado em si mesmo e preocupado somente com a sua autonomia para uma percepção que é mais consciente do enredo de relacionamentos na qual está inserido²². Assim, para o autor (2014, p. 40)²³ “seria difícil avançar para um estilo de vida mais sóbrio e cooperativo sem quebrar com o individualismo, o consumismo e a ideologia de “trabalhar mais para ganhar mais”.

Massiah (2014, p. 48, tradução nossa) entende que seria essencial que houvesse uma transição do modelo capitalista que está em crise, sendo a mesma tríplice e caracterizada da seguinte maneira: de financeirização neoliberal; de modelo dominante de produção e consumo; e da relação entre a espécie humana e a natureza, que demonstra uma crise de civilização²⁴. Isso é um processo longo, revolucionário, não linear e existe a necessidade de insurreições populares, mas para isso é essencial articular as antigas e as novas ligações sociais e culturais para que se permita a adesão a esse novo modelo e se convencendo aqueles que são contrários às mudanças²⁵. Para o autor “[a] questão fundamental é a da mudança de comportamento e de mentalidade”²⁶.

Portanto, é preciso uma nova mudança de paradigmas e que se valorize o ser humano e a natureza a fim de se efetivas a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²² “Il s’agit de devenir plus conscients de tout ce qui nous relie aux autres et à la nature. Je vois s’avancer une révolution anthropologique qui nous fera passer d’un moi fermé sur lui-même, uniquement préoccupé de son autonomie, à une perception plus vive du tissu de relations dans lequel nous sommes insérés”.

²³ “Il serait difficile d’avancer vers un mode de vie plus sobre et coopératif sans rompre avec l’individualisme, le consumérisme et l’idéologie du ‘travailler plus pour gagner plus’”.

²⁴ “L’hypothèse d’une nécessaire rupture radicale découle de la caractérisation d’une crise structurelle du capitalisme. Celle-ci résulterait de l’épuisement de la financiarisation néolibérale en tant que phase de la mondialisation capitaliste; de la crise de l’hégémonie des États-Unis et de l’Europe et de la géopolitique occidentale; de la crise écologique. Comme l’ont définie les mouvements présents au forum social mondial de Belém (Brésil), en 2009, il s’agit d’une triple crise: celle de la financiarisation néolibérale; celle des modes dominants de production et de consommation; celle des rapports entre l’espèce humaine et la Nature qui ouvre une crise de civilisation, celle de la modernité occidentale”.

²⁵ “Le temps de la transition radicale est un temps long et n’est pas linéaire. C’est une révolution de longue durée qui passe par des moments révolutionnaires et des insurrections populaires. L’émergence de nouveaux rapports sociaux et culturels ne se fait pas par la disparition des anciens rapports dominants. C’est l’articulation, entre les anciens et les nouveaux rapports, qui caractérise la nouvelle situation. C’est l’adhésion au cours nouveau et au changement qui est le gage du succès et qui permet d’éviter les restaurations. Il y a des courants de la société qui sont sensibles à la transition, qui adhèrent aux idées nouvelles ou qui sont sensibles à de nouveaux possibles. Il faut que l’adhésion s’élargisse, éviter le retournement d’une partie de ceux qui étaient à l’écoute et convaincre une partie de ceux qui étaient hostiles”.

²⁶ “La question fondamentale est celle des changements des comportements et des mentalités”.

Observou-se que o sistema que se vive é predatório e devastador, o capitalismo e o consumocentrismo permeiam as entranhas da sociedade eivando os seres humanos, que já não possuem uma real preocupação com a natureza e seus ciclos vitais e com os demais seres que compõem o planeta. A visão sistêmica, o se colocar no lugar do outro e no lugar da natureza, já não é algo importante. Por esse motivo, os pilares que foram propostos para a efetivação da sustentabilidade acabam não se concretizando.

O movimento convivialista vem como uma retomada de antigos padrões, como a valorização do local, da ecologia, da mão terra, do bem viver, do ser humano. A ruptura como modelo predatório e a valorização das comunidades tradicionais dos povos originários pode ser um caminho para se entender como se deve implementar a sustentabilidade.

A sustentabilidade e a minimização dos problemas socioambientais na sociedade consumocentrista requer uma mudança de atitude e de percepção de qual caminho estamos seguindo e de quem somos dentro do planeta.

Outro ponto crucial trazido pelo movimento convivialista é a diminuição da desigualdade social e da pobreza, é inadmissível que ainda se tenham pessoas que passem fome e não tenham o mínimo de dignidade na sociedade. Também, é preciso que exista a compreensão de que o meio ambiente e seus recursos naturais finitos sejam preservados, isso porque o capitalismo e o progresso não podem continuar explorando e expropriando em nome de alguns que tiram os lucros.

Conclui-se, a partir das críticas apontadas e dos pontos levantados, que deve-se repensar o progresso, o capitalismo, os problemas socioambientais e a sociedade consumocentrista sob pena de um cenário fadado a muitos desastres. Nesse sentido, o movimento convivialista pode ser uma resposta crítica e propositiva à crise da sociedade consumocentrista, buscando alternativas à lógica do lucro ilimitado e ao impacto socioambiental na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAILLÉ, Alain. Quelques réponses à.... *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 269-275, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

CAILLÉ, Alain; CHANIAL, Philippe. Présentation. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 05-22, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

CARVALHO, Carlos Gomes de. *O que é Direito Ambiental: dos descaminhos da casa à Harmonia da Nave*. Florianópolis: Habitus, 2003.

FILÓ, Maurício da Cunha Savino. *Impactos da estatização dos bens coletivos no acesso à justiça e o reconhecimento de uma nova categoria de bens*. *Civilistica.com*, a.15, n.1, 2026. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/1173>. Acesso em: 11 maio 2026.

FRÉMEAUX, Philippe. La lutte contre les inégalités, un objectif et une méthode. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 31-34, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

KLABIN, Israel. Entrevista concedida por Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) a Cristina Aragão. In.: SANSEVERINO, Eleonora Riva; SANSEVERINO, Raffaella Riva. VACCARO, Valentina. *Smart Cities Atlas*. Western and Eastern Intelligent Communities. Cham, Switzerland: Springer Tracts in Civil Engineering. Library of Congress Control Number: 2016952913, 2017.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Tradução Lúcia M. E. Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LÉVY, Pierre. *A conexão planetária*. O mercado, o ciberespaço, a consciência. Tradução Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2001.

MASSIAH, Gus. Pour une démarche convivialiste. sortir du néolibéralisme. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 47-61, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 17 maio 2020.

NALINI, José Renato. *Ética Ambiental*. Campinas: Millennium, 2001.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe. *Consumocentrismo e os seus reflexos socioambientais na sociedade contemporânea*. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 6, p. 264-279, 2016.

PERRET, Bernard. *Transition écologique ou choc de la finitude?*. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 35-40, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

SCRUTON, Roger. *Filosofia verde: como pensar seriamente o planeta*. Tradução Maurício G. Righi. 1. ed. São Paulo: É realizações, 2016.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIVERET, Patrick. Les tâches d'un mouvement convivialiste. *Revue Du Mauss*, Paris, v. 01, n. 43, p. 25-30, jan. 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2014-1.html>. Acesso em: 16 maio 2020.

WILSON, Edward Osborne. *O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana*. Tradução Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.